

TEXTO BASE

PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO SETORIAL DO AUDIOVISUAL NO PARANÁ

Conselheiros
Representantes Área Artístico-Cultural/Segmento Audiovisual
Gestão 2014/2016
Solange Straube Stecz (Titular)
Jeferson Ayetta de Miranda (Suplente)

Curitiba, agosto de 2017

APRESENTAÇÃO

O Plano Setorial do Audiovisual do Paraná é um instrumento que se integra ao Plano Estadual de Cultura, através do qual o Estado do Paraná atende o que é preconizado pelo Sistema Nacional de Cultura. Sua redação foi solicitada aos representantes das áreas artístico-culturais em reunião do Conselho Estadual de Cultura.

O texto que apresentamos é um esboço para a elaboração de um Plano Setorial do Audiovisual paranaense que atenda os processos de consulta e participação da sociedade e seja estruturado num amplo sistema de discussão e reflexão coletiva sobre a atual situação do setor, como expresso no objetivo XIV do PNC (Artigo 2º, Lei 12.343/2010).

O grande desafio foi o levantamento de informações sobre o segmento e articulação de entidades representativas de classe e da sociedade civil., produtoras independentes, instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais.

Durante o ano de 2016 trabalhamos na tentativa de definir metodologias, compilar dados e estabelecer um fluxo de reflexão sobre as linhas mestras de um Plano Setorial para o Audiovisual no Paraná.

Com base nos documentos já produzidos pelo setor o que apresentamos é um ponto de partida para um documento que, alinhado ao Plano Estadual de Cultura, contemple questões como políticas públicas, diversidade, acesso, economia criativa e as mais diversas especificidades do setor.

Entendemos que os planos setoriais são concretização das diretrizes e estratégias do PEC/PR e do PNC e sugerimos que sua estrutura tenha como base as áreas estratégicas para o audiovisual:

- I. Formação e Capacitação
- II. Preservação
- III. Produção e Distribuição
- IV. Inovação

DIAGNÓSTICO E METODOLOGIA

Para a construção de diagnóstico do audiovisual paranaense e de metodologia de trabalho para a construção do Plano Setorial do Audiovisual, buscou-se integrar os representantes das associações de classe ao GT da setorial, Associação de Vídeo e Cinema do Paraná - AVEC,, Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado do Paraná - SIAPAR- Sindicato das Indústrias do Audiovisual Grupo Estratégico do Mercado Audiovisual de Curitiba - GEMAC, formado pela Agência Curitiba de Desenvolvimento, Fundação Cultural de Curitiba, Sebrae/PR, Fiep-PR, Sesi, Fecomércio-PR, Sesc-PR, Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado do Paraná (Siapar) e Associação de Cinema e Vídeo do Paraná (Avec), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica - Sindcine.

Foi realizada uma primeira reunião, em maio de 2016, na sede do Museu da Imagem e do Som da qual participaram, Priscila Pacheco dos Santos (SEEC), Solange Stecz (CONSEC), Jeferson Miranda (Sindcine/CONSEC), Diana Moro (Siapar), João Castelo Branco (AVEC), na qual a coordenadora do GT , Solange Stecz apresentou documentação sobre Planos setoriais dos outros estados e materiais de fóruns e conferências.

Decidiu-se ampliar a coleta de dados para a construção de um diagnóstico do setor, analisar o documento GEMAC/SEBRAE de diagnóstico do mercado (projeto Economia Criativa do Audiovisual). e as ações previstas no Termo de cooperação técnica para a execução de um Plano Mobilizador, com o objetivo de alavancar o crescimento da indústria audiovisual curitibana (assinado em 10 de novembro de 2014), entre as organizações participantes do GEMAC (Grupo Estratégico do Mercado Audiovisual de Curitiba) - SEBRAE/PR, FIEP, SESI, FECOMÉRCIO, SESC, Fundação Cultural de Curitiba, Agência Curitiba de Desenvolvimento, SIAPAR – Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado do Paraná e AVEC – Associação de Cinema e Vídeo do Paraná com a visão de transformar Curitiba em um polo de excelência da indústria criativa do audiovisual alinhada à necessidade do mercado global.

Ações propostas:

Criar base bibliográfica; Mapear metas do plano estadual de cultura que possam estar integrados no plano setorial; Construir diagnóstico.

O material pesquisado pela coordenação do GT foi disponibilizado às entidades com a finalidade de dar início à redação dos textos.

Não houve continuidade no processo, que foi retomado no início de 2017 com reunião com os novos diretores de AVEC e Siapar (Nelson Settani e Antonio Jr, que receberam os materiais de referência para a construção do Plano Setorial do Audiovisual. comprometendo-se à discutir com suas bases e indicar nomes para uma construção paritária do GT.

O audiovisual é um segmento estratégico para a economia e a cultura. Seu público teve um crescimento de 53% entre 2009 e 2015, registrando 172,9 milhões de espectadores nas 3.005 salas de exibição no país, que também registraram crescimento de 42% entre 2009 e 2015.¹

Os grandes desafios para a elaboração de um Plano Setorial do Audiovisual Paranaense foram o levantamento de informações, a confiabilidade dos dados e a informalidade. A Cinemateca de Curitiba e o Museu de Imagem e do Som não possuem uma base de dados sobre a produção paranaense. As entidades de classe não tem uma metodologia sistematizada para a compilação de informações que contemple as mudanças nos mercados causadas pelo avanço tecnológico. A mesma dificuldade citada no Mapeamento do setor realizado pelo Sebrae se reproduz no Paraná:

“A informalidade, presente, principalmente, em empresas de produção de conteúdo audiovisual independente, impacta diretamente sobre a precisão dos dados, mas não é uma barreira ao desenvolvimento do setor audiovisual, já que dentro de alguns segmentos dessa indústria a liberdade de criação depende de relações de trabalho mais flexíveis. Nesse sentido, a elaboração de um estudo de mapeamento e impacto econômico do setor audiovisual esbarra na falta de dados...”
(Sebrae, 2016)

O SEBRAE/PR realizou diagnóstico do Setor do Audiovisual de Curitiba, composto de pesquisa qualitativa, quantitativa dos segmentos de produção audiovisual para cinema, TV, publicidade e novas mídias, com o objetivo de apresentar as características do setor, principais deficiências gerenciais e de mercado, e necessidades de gestão da empresa. Foi realizada pesquisa qualitativa, com seis entrevistas de profundidade individual junto aos profissionais do Setor de Produção Audiovisual de Curitiba.; pesquisa quantitativa, com 169 entrevistas, sendo 101 profissionais autônomos (MEI) e 68 empresas, envolvidos no Setor de Produção Audiovisual de Curitiba e pesquisa de dados secundários. Divulgado para os principais representantes de entidades públicas e privadas ligadas ao setor audiovisual curitibano., traçou um raio-x do setor na Capital, a partir de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, realizada entre outubro e dezembro de 2013.

Além de identificar as características do setor, o estudo avaliou pontos fortes e fracos, a serem trabalhados durante um planejamento estratégico, algumas vantagens da produção audiovisual em Curitiba, se comparado com outras regiões:

¹ Dados do Mapeamento e impacto econômico do setor audiovisual no Brasil/ SEBRAE/ 2016. Acesse a pesquisa completa em www.sebrae.com.br

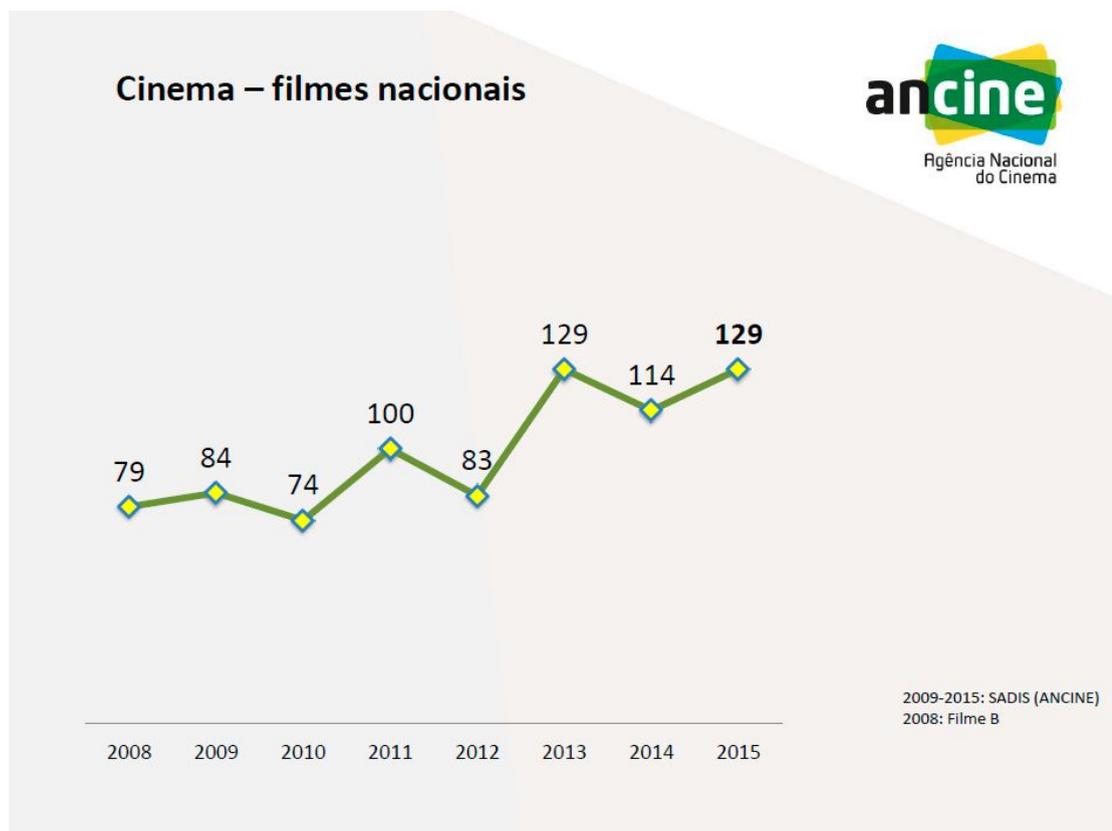
licenças para filmar são baratas; qualidade dos profissionais; bioma local atende a vários tipos de produção, todos fatores de atratividade e de potencial de crescimento e desenvolvimento do setor. Já a falta de profissionais da área executiva, apontada pela pesquisa como desafio em Curitiba, precisava, de acordo com o estudo, ser neutralizada com formação e preparação de profissionais para esse mercado. A ausência de recursos ou créditos para financiamento, para quem quer investir em equipamentos de alta tecnologia, também apareceu como item a ser melhorado. O estudo apontava que,, apesar de existirem leis de incentivos, e parte dos entrevistados dizer que o mercado estava aquecido, as empresas locais tinham pouco acesso aos recursos que ficam no Eixo Rio/São Paulo. Das empresas entrevistadas, 47% dizem que o setor tem muita dependência do setor público/governo; e 66% das empresas que conhecem os incentivos oferecidos pelo governo ao setor, não os utilizam, devido à burocracia.

“O potencial criativo do setor em Curitiba é inquestionável, todos têm muita qualidade. Mas, para que os negócios se tornem sustentáveis, é indispensável investir na qualificação em gestão tanto para de produtores e diretores executivos como também na ampliação de formação profissional de técnicos do setor. Só assim, poderemos garantir que as empresas gerem recursos e continuem alimentando a cadeia produtiva audiovisual”, explicou Walderes Bello, consultora do Sebrae/PR, quando do lançamento do estudo.

A inexistência de novos estudos impede um comparativo que considere as transformações no setor nos últimos 4 anos. Mas os principais desafios para o setor continuam sendo:

- Ambiente em constante transformação;
- Complexidade no ambiente regulatório;
- Diversidade dos modelos de negócios;
- Complexidade na gestão dos projetos;
- Complexidade na gestão das empresas.

Em 2016, Debora Ivanov (ANCINE) no Seminário Desafios para Empreender², apresentou dados do crescimento da indústria do audiovisual, demonstrando o crescimento de lançamentos de filmes nacionais de 2008 a 2015.



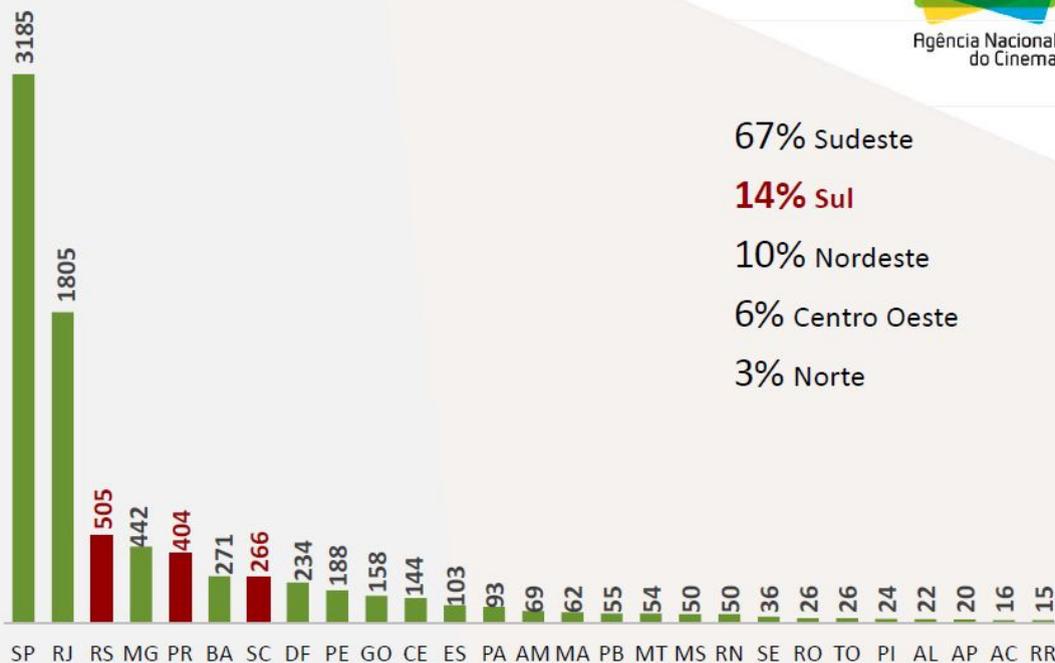
Também destacou pontos de fragilidade no setor, que são comuns à todos os Estados, citando ações em andamento como capacitação técnica através de arranjos regionais vinculados aos diagnósticos locais, parcerias com instituições como Sebrae, Senai, Instituições de Ensino e o que chamou de alta capacitação (em parceria com o FORCINE³) que envolve gestão em negócios e parcerias com as instituições de ensino de nível superior. Outras ações, em desenvolvimento ou a serem desenvolvidas pela ANCINE foram destacadas: seminários presenciais e à distância, tutoriais no youtube, plataforma on line dedicada e parcerias com sindicatos e associações.

No que se refere à distribuição nacional de produtoras, a região sul está contemplada com 14% e a região sudeste com 67 % como demonstram os gráficos.

² Realizado em Curitiba pelo SEBRAE/PR

³ O Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual (Forcine) é uma sociedade civil sem fins lucrativos que congrega e representa de forma permanente as instituições e os profissionais brasileiros dedicados ao ensino de cinema e audiovisual. Visando, desde sempre, o desenvolvimento e o fortalecimento dessa atividade.

Distribuição regional



67% Sudeste

14% Sul

10% Nordeste

6% Centro Oeste

3% Norte

(ANCINE – SRE nov/2016)

Distribuição regional



Paraná

227 brasileiras independentes

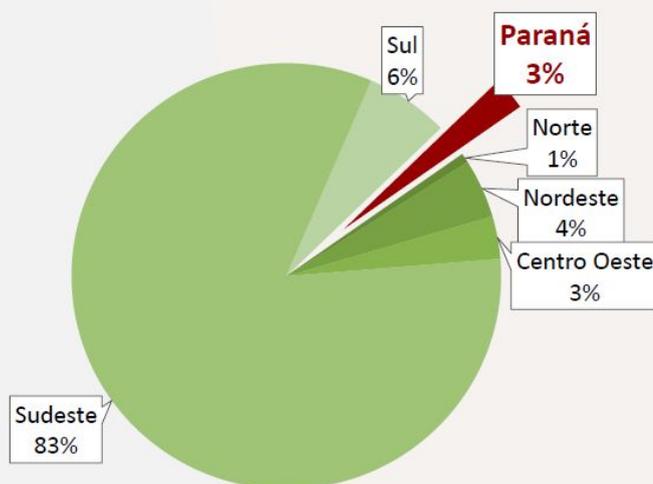
170 sediadas em Curitiba

(ANCINE – SRE nov/2016)

CPBs emitidos

2005/2015

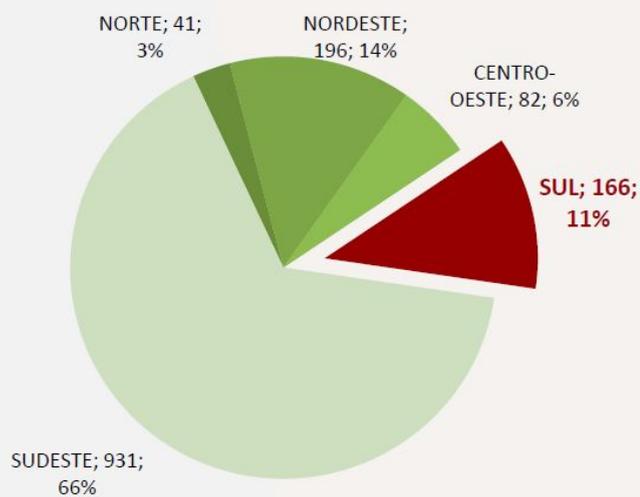
25.684 obras registradas



(ANCINE – SRE nov/2016)

FSA

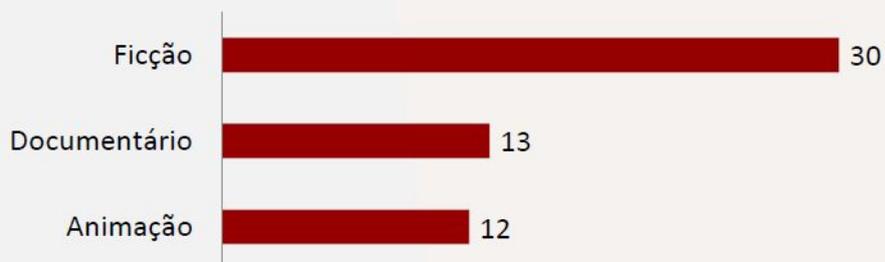
1.416 projetos selecionados
2009/2015



Fonte: SEF/ANCINE

FSA

2009/2015

Sul - 11%**Paraná - 3%, 55 projetos**

Fonte: SEF/ANCINE

A elaboração de um estudo de mapeamento e impacto econômico do setor audiovisual, da geração de empregos e do valor adicionado pelo setor ao total da economia é urgente e permitirá a redação do Plano Setorial projetando as metas e ações do setor para os próximos anos.

DEMANDAS DO AUDIOVISUAL

Em 2015, o setor realizou, em três etapas um Fórum do Audiovisual Paranaense⁴ com o objetivo de reunir os profissionais envolvidos nas diversas atividades audiovisuais para discutir, organizar e encaminhar demandas ao poder público municipal, estadual e federal. Em cada etapa foram emitidos documentos⁵ cujos eixos principais foram:

- Elaboração de Plano Municipal do Audiovisual,
- Carta com as principais demandas estaduais a ser apresentada para o Secretário de Estado da Cultura⁶, e Deputados.–
- Entrega da carta ao Ministro Juca Ferreira pelo presidente da AVEC João Castelo Branco (22/07/2015, no MINC.
- Definição dos responsáveis pela articulação com os deputados estaduais com a proposta da realização de audiência pública na Assembléia Legislativa do Paraná, com a presença do Secretário de Estado da Cultura e do governador do Estado para oficializar e fortalecer as demandas junto ao legislativo e ao executivo
- A intermitência e a insuficiência do Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo
- A falta de participação social na implementação e gestão do Sistema Estadual de Cultura,
- A necessidade de participação efetiva no desenvolvimento do Plano Estadual de Cultura,
- Acompanhar a tramitação da minuta de lei do Sistema Municipal de Cultura, e o desenvolvimento do Plano Municipal de Cultura.

Da esfera federal:

- Revisão das políticas públicas de regionalização dos recursos federais, em especial do FSA, garantindo o peso efetivo da participação do estado do Paraná.
- Privilegiar a diversidade de modelos, fazeres e sistemas (iniciantes/veteranos, autoral/comercial, etc.), evitando a concentração de investimentos em determinados modelos.

⁴ METODOLOGIA E CRONOGRAMA DO FÓRUM - disponível em <https://forumavpr.wordpress.com/2015/05/20/relatoria-v-reuniao-1306/>

⁵ Relatos na íntegra disponíveis em - Disponíveis em <https://forumavpr.wordpress.com/author/forumaudiovisualdoparana/>

⁶ A carta foi entregue para o Secretário da Cultura, Luiz Fiani, na terça-feira, 21/07/2015 na SEEC. Um relato sobre a reunião com o secretário está em um post na aba “Encontros”. do <https://forumavpr.wordpress.com>

- Apoio à manutenção da Lei 12485 – Lei de Acesso Condicionado, que permitiu a abertura de espaço para o conteúdo audiovisual brasileiro na tv por assinatura.

Da esfera estadual:

- Cumprimento e atualização dos valores e das categorias da Lei do Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, respeitando sua periodicidade anual e permitindo sua suplementação pelo FSA.
- Implementação e aprimoramento do Sistema Estadual de Cultura, com especial atenção aos mecanismos de fomento (Profice e Fundo de Cultura) e ao Plano Setorial do Audiovisual;
- Efetivação da participação popular e da transparência na implementação e formulação das políticas públicas do estado, em especial do Sistema Estadual de Cultura.
- Ressaltamos que o documento final, contendo todas as demandas detalhadas, está sendo elaborado e será finalizado na segunda etapa do Fórum (que acontecerá na primeira semana de julho).
- Destacamos ainda que o Fórum do Audiovisual Paranaense se soma às iniciativas dos Fóruns do RJ, ES, SP, SC, MG, DF e, juntos, rumam à construção do XI Congresso Brasileiro de Cinema.

Demandas dos Cineclubes⁷

Área: Cineclubes e difusão

Introdução: O cineclube é formação de público, de crítica e auxilia no processo de regionalização, de difusão de obras nacionais e desenvolve o senso crítico da sociedade diante das imagens. Aproxima o espectador comum da discussão das artes, valoriza o cinema enquanto arte autônoma. Apesar de ser independente do sistema comercial, envolve a um só tempo todas as demandas do setor: distribuição; exibição; formação de público e profissional; preservação; difusão; pesquisa e, ainda, incentiva o pensamento intelectual e artístico de novos realizadores audiovisuais na medida em que promove o diálogo com a crítica e o público presente. No cineclube, o evento não se encerra num espetáculo avulso, mas prolonga o debate e incentiva os presentes a conversarem sobre seus sentimentos, impressões estéticas, bem como estreita a relação com o cinema no encontro entre comunidades e sujeitos. Os espectadores de um cineclube não são 'consumidores de espetáculos', mas sim uma comunidade dialogante de vislumbradores de cinema. Também participa desse processo o trabalho de curadoria, que sugere uma 'coluna vertebral', um 'fio condutor' para se assistir cinema, ou seja, propõe um caminho para se entrar em contato com as obras

⁷ <https://forumavpr.wordpress.com/2015/05/20/relatoria-v-reuniao-1306/>

cinematográficas, o que faz ampliar a profundidade da experiência artística e estética do público - algo fundamental nos dias atuais, caracterizados pelo excesso de produção audiovisual.

Com base na carta de Brasília, foram identificados alguns pontos básicos de debate relativos ao incentivo e fomento da prática cineclubista como fator essencial ao desenvolvimento do audiovisual, considerando os cenários municipal, estadual e federal, e considerando inclusive as diretrizes inerentes à constituição dos cineclubes: estrutura democrática, compromisso cultural e não-lucratividade.

1 - Estrutura e espaço: investimento em construção de salas que podem servir tanto como espaço exibidor e de cineclubes.

1.2 - No caso de espaços das prefeituras e governos estaduais, disponibilização gratuita dos espaços, com equipamentos adequados para exibição; Investimento de apoio de infra-estrutura: kits de equipamentos para realização destas ações; desenvolvimento de programas a longo prazo para incentivo de criação e continuidade de cineclubes.

2 - Reconhecimento do ofício e da atividade cineclubistas pelas esferas públicas e pela comunidade;

3 - Remuneração: debater formas de remunerar o trabalho de curadoria e condução dos cineclubes de forma a não atentar contra o princípio da não-lucratividade (como pagamento de prestação de serviço);

4 - Canais de controle, acompanhamento e políticas que contabilizem quantitativamente o público das sessões - municipal, estadual e federal; Implantação de instrumento regulatório, como o Sistema de Controle de Bilheteria da ANCINE, organizado com base na homologação de sistemas informatizados utilizados pelos exibidores;

5 - Regulamentação oficializadora dos cineclubes nacionais, como é a regulamentação das empresas produtoras pela Ancine, de forma que seja oficializada como ação governamental e não apenas iniciativas da sociedade civil - desde que sejam observadas a autonomia e liberdade total de gestão, principalmente no que concerne à programação (cf. item 12);

6 - Regulamentação para pagamento de entrada – como ocorre na França, por exemplo, de forma a não atentar contra o princípio da não-lucratividade (pagamento do serviço e manutenção dos espaços);

7 - Construção e revitalização de espaços regionais, distantes dos centros das cidades e mesmo das capitais, incentivando o cineclubismo em periferias e áreas rurais;

8 - Investimento e valorização de ações de formação, de forma a instrumentalizar agentes regionais da difusão cinematográfica. Que ações como 'Inventar com a diferença', 'Revelando os Brasis', 'Vídeo nas aldeias', entre outros, sejam exemplo de programas a serem desenvolvidos e incentivados pelas esferas municipal, estadual e federal, e que possuam porcentagem específica de investimento dentro do montante destinado para a área audiovisual;

9 - "Ampliação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) da ANCINE/ BRDE com linhas de investimento voltadas para projetos não comerciais e autorais": Neste ponto, sugere-se a criação de uma linha de investimento no FSA voltada para o circuito alternativo de exibição, especificamente para ações de formação e cineclubes;

10 - Inclusão das políticas públicas voltadas ao fortalecimento das pequenas e médias empresas produtoras e profissionais ligados ao cineclubismo e ações de formação;

11 - Valorização dos currículos de empresas e profissionais que incluam estas ações, que conte inclusive com pontuação de currículo;

12 - Ampliar o debate em torno da Lei do Direito Autoral: questões específicas relativas à difusão em cineclubes, que facilitem o acesso às obras e sua autorização, considerando os direitos do público e os direitos do autor, em que o primeiro prevaleça, dada a função social e cultural do cineclubes, diferente das salas comerciais de exibição;

12.1 - Neste âmbito, ampliar os debates relativos ao acesso a obras cinematográficas, principalmente em casos de cineclubes com entradas gratuitas. Para exibição de filmes estrangeiros, hoje, é necessário o contato com embaixadas e órgãos de difusão da cultura de outros países, e não há um órgão que atenda o acesso a obras brasileiras. Estabelecer, conjuntamente às questões relativas aos direitos autorais, um órgão que dê conta deste tipo de demanda, ou uma lei que permita o uso das obras sem que se faça necessária a permissão expressa de seu uso. Considerar a carta dos direitos do público.

13 - "Isenção tributária da importação de equipamentos e softwares, no setor produtivo, para pequenas e médias empresas": incluindo-se aí não apenas equipamentos de produção, mas equipamentos de estrutura de salas de exibição e kits para cineclubes itinerantes;

14 - No âmbito Municipal, desenvolvimento de programas de apoio e incentivo de difusão cineclubista (e não só) em regiões da periferia da cidade - a exemplo do VAI - Valorização de Iniciativas Culturais, da cidade de São Paulo;

15 - Conjuntamente às demandas dos setores de Educação: ampliar a discussão e a reformulação do conteúdo de artes nas escolas, possibilitando o envolvimento

crítico do aluno com as artes, e incluindo o cinema como forma de arte autônoma e não como material de apoio de disciplinas. Neste ponto, solicitamos um acompanhamento mais próximo das Fundações Culturais dos Municípios em diálogo com as Secretarias de Educação, de forma a facilitar a implantação de projetos de difusão cinematográfica em escolas públicas por meio de Cineclubes e ações de formação.

DA CARTA DE BRASÍLIA, REFORÇA-SE:

- Revisão e ampliação dos Programa Cinema Perto de Você, da ANCINE / BNDES
- Retomada da política de difusão audiovisual realizada pela Programadora Brasil, especialmente em plataformas digitais de amplo acesso e distribuição comercial e não comercial.

Demandas da Preservação

ÁREA - PRESERVAÇÃO

Os representantes de preservação audiovisual, presentes ao Fórum do Audiovisual Paranaense reconhecendo o crescimento da produção audiovisual no Estado e a urgência da preservação, não apenas dos produtos finais em suportes tradicionais (nitrato e acetato) ou digitais, mas de toda a documentação que envolve os processos desde a pré-produção entendem a necessidade da implementação urgente de uma cultura da preservação. Assumem como referência o texto da professora Dra. Marília Franco do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro *A PRESERVAÇÃO COMEÇA NA PRODUÇÃO*⁸ e destacam a importância de que realizador e seu produtor vejam-se como os primeiros preservadores das obras que estão produzindo, considerando que para o realizador a obra preservada é o único registro indiscutível de seu direito autoral assim como para o produtor é a garantia patrimonial de seu investimento e propriedade.

Preservar é:

oferecer condições de perenização de obra cultural na sua materialidade, integridade e integralidade física, bem como suas documentações conexas, para fins de difusão, pesquisa, estudos e fruição.

O que preservar:

⁸ Disponível na íntegra em <http://www.cpcb.org.br/artigos/a-preservacao-comeca-na-producao/>

I) A obra material em sua versão original e integral (suporte imagem e som) + cópias em outros suportes, feitas a época da finalização/lançamento.

II) Documentos de criação: pesquisas, roteiros e versões, projetos visuais, projetos sonoros, projetos tecnológicos, documentos de ensaios, fotos de cena, making offs, projetos de edição, projetos de finalização.

III) Documentos de produção: planos de produção, projetos técnicos visuais realizados, projetos técnicos sonoros realizados, projetos tecnológicos especiais, documentação de elenco e de técnicos (contratos+nomes civis), financiamentos, orçamentos, prêmios de editais, documentos de finalização.

IV) Documentos de difusão: sites, releases, cartazes, teasers, trailers, fotos de cena e de publicidade, participação em festivais e mostras, premiações. Lançamentos em DVD, blue-ray, streaming, sites de exibição AV.

V) Documentos de recepção: lançamento, matérias, críticas, debates, twits, entrevistas, outros. Reflexões, pesquisas, influências culturais.

VI) Documentos conexos: trilhas sonoras lançadas, camisetas e afins, produtos referentes (moda, games, gadgets), fã-clubes, twitters, outros.

Sabemos que, para a preservação, as obras audiovisuais, mesmo antes do “trem chegar à estação”, tem data de início, mas não tem data de finalização. Sendo, pois, uma atividade permanente, complexa e em constante mutação para adaptar-se aos novos formatos midiáticos e às novas técnicas de conservação, uma grande quantidade de profissionais e instituições, públicas e privadas, devem se dedicar a essas tarefas.

Níveis de atuação:

a) Preservação primária – apenas guarda, sem tratamento documental ou de preservação técnica.

1) Primeiros preservadores – os autores/produtores/distribuidores (detentores de eventuais direitos autorais e patrimoniais)

2) Depositários primários: autor, produtor, família, empresa.

3) Prospectores – pesquisadores acadêmicos ou outros.

4) Colecionadores

Neste grupo temos responsabilidades que podemos qualificar como o primeiro elo na constituição dessa cadeia de ações que definirá as condições de vida cultural útil do produto audiovisual. Neste grupo encontramos quase apenas pessoas físicas que só terão a verdadeira dimensão de suas ações de preservadores se estiverem formados dentro de uma cultura de preservação, que é exatamente a que queremos construir com a difusão das idéias contidas neste texto.

Políticas e instituições

Deste ponto em diante já entramos no âmbito de políticas e ações institucionais. Entendemos que os primeiros pilares institucionais devem estar fincados nos municípios, em seus centros de memória e museus locais, bem como na atenção a formação de profissionais que possam, localmente cuidar dos primeiros passos da documentação, preservação e difusão do patrimônio da cultura desenvolvida na região.

É desejável, no entanto, que haja articulação dessas ações locais com políticas culturais estaduais tanto através de legislações específicas de estímulo aos atos de preservação e difusão, quanto a adoção de projetos e políticas que reúnam necessidades mais complexas que possam ser desenvolvidas para atender demandas técnicas menos cotidianas.

A esse ambiente chamamos de:

b) Preservação secundária – cabendo a instituição de guarda o tratamento documental, tratamento técnico básico de guarda e preservação, condições de difusão direta ou associada. (caráter regional municipal/estadual).

Por fim propomos um espaço de:

c) Preservação terciária e restauro – instituições com alta qualificação tecnológica e técnica e de recursos humanos com alta especialização. Laboratórios analógicos e digitais, espaços especializados de guarda (caráter nacional envolvendo políticas públicas de memória e patrimônio).

Num país com as dimensões e as diferenças culturais e climáticas (questão altamente relevante para a conservação de documentos audiovisuais) como o Brasil seria interessante avaliar um sistema de distribuição regional dessas instituições, pois fica evidente que uma ou duas não poderiam dar conta de preservar e formar para a preservação.

A questão da formação

A partir desse mapeamento das áreas, etapas, materiais e intervenções técnicas, legais e culturais, torna-se possível fazer uma avaliação de profissionais que podem envolver-se na área: realizadores, produtores, distribuidores; difusores, curadores, programadores, críticos e pesquisadores, professores; legisladores e especialistas jurídicos; técnicos de nível médio e universitário em história, física, química, eletrônica, engenharias, documentação e informação, arquivística e muitas outras especialidades; gestores públicos e privados.

FEITAS ESTAS CONSIDERAÇÕES ENTENDEMOS COMO URGENTE:

- A homologação pelo Governo Brasileiro da Recomendação para a Salvaguarda e Conservação das Imagens em Movimento da Unesco de 27 de outubro de 1980.

- A construção de um Plano Nacional de Preservação Audiovisua⁹, com a participação do CBC – Congresso Brasileiro do Cinema da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual – ABPA e do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro - CPCB.
- O estabelecimento de acordos internacionais de cooperação técnica e de ampliação do intercâmbio e da colaboração com arquivos audiovisuais da América Latina, Caribe e África.
- Trazer o tema da preservação para a pauta dos fóruns federais, estaduais e municipais e principalmente para o planejamento e implementação das políticas públicas para a área de cultura que devem ser atingidas até 2020, preconizadas pelo Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010) e que desdobra-se em Planos Estaduais, Municipais e Setoriais.
- A retomada do Sistema Brasileiro de Informações Audiovisuais – SiBIA como um projeto institucional da Secretaria do Audiovisual, em cuja administração sejam integrado representantes do CBC, ABPA e CPCB e entendido como uma base de dados e uma rede para o diálogo entre arquivos detentores de acervos de imagens em movimento troquem experiências e informações para o melhor seguimento de suas atividades.
- A criação de um Grupo de Trabalho sobre Preservação para a elaboração de um Plano Setorial Estadual do Audiovisual como parte integrante Sistema Estadual de Cultura e do Plano Estadual de Cultura do Estado do Paraná que prevê na Meta 11[2] “ *Estimular e fomentar a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa e a difusão do patrimônio cultural (material e imaterial) em todos municípios do Paraná.*”

Entregue em 13 de junho de 2015 a carta foi assinada por Luiz Fernando Severo (Pesquisador e Cineasta), Marcos Stankiewicz Saboia (Pesquisador e Cineasta) e Solange Straube Stecz (Pesquisadora e Professora. Diretora do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro e do Congresso Brasileiro de Cinema).

As reivindicações da área de Preservação atenderão também o que está definido no Plano Estadual de Cultura (artigo 7º), na Meta XII. *Estimular e fomentar a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa e a difusão do patrimônio cultural (material e imaterial) em todos os municípios do Paraná.*

O setor também produziu uma Carta aberta dirigida às autoridades federais, estaduais e municipais¹⁰, assinadas por pessoas físicas e jurídicas além das entidades AVEC – Associação de Vídeo e Cinema do Paraná;

9 Construído em 2016. Disponível na íntegra em <http://www.abpreservacaoaudiovisual.org/site/images/banners/PNPA.pdf> (versão aprovada na Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual, em 27/6/2016)

10 Disponível na íntegra em <https://forumavpr.wordpress.com/carta-aberta-do-audiovisual-paranaense/>

SIAPAR – Sindicato da Indústria Audiovisual do Paraná; Instituto de Cinema e Vídeo de Londrina, na qual reivindica :

“Queremos, então, de forma sucinta investimentos que contemplem:

- Desenvolvimento de projetos e roteiros;
- Fomento para produção de tele-filmes, séries para tv, curtas e longa-metragens;
- Apoio financeiro e logístico para finalização e distribuição de nosso conteúdo audiovisual;
- Manutenção dos cineclubes;
- Reativação dos circuitos exibidores locais e regionais;
- Organização de mostras e festivais;
- Bolsas de auxílio à pesquisa artística e de linguagem;
- Lançamento da prometida Lei do ICMS, bem como um efetivo;
- Plano de Política Pública pelo Estado do Paraná, e a publicação/homologação da Lei Estadual de Cultura além da periodicidade anual do Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, com dotação orçamentária própria e adequado aos valores reais do mercado.

De nossa parte estaremos acompanhando regularmente as atividades dos Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura, dando assim nossa contribuição à construção das políticas públicas para o audiovisual paranaense.

Que o dia de hoje, dia 14 de junho de 2013 seja um marco para o cinema paranaense e que possamos nos próximos meses relatar o avanço decorrido deste ato.

Porque sim, nós realizadores de cinema do Paraná, acreditamos no cinema, na arte e na vida, e sobretudo precisamos seguir adiante.”

PLANO SETORIAL DO AUDIOVISUAL - Município de Curitiba¹¹

A) Mapeamento:

A.1) Realizar e disponibilizar, por meio de banco de dados público, um mapeamento das produções ligadas ao audiovisual, bem como seu impacto econômico, geração de renda e emprego (por meio de parcerias da FCC com, por exemplo, IPPUC, Sistema S...). A.2) Sistematizar e disponibilizar, por meio de um banco de dados público e online, todas as informações relacionadas aos projetos contemplados pelos editais do PAFIC e por outros mecanismos de incentivo – com especial atenção às seguintes informações: nome do proponente, da produtora e do captador de cada projeto, estágio de desenvolvimento dos projetos, estágio de captação de

¹¹ <http://www.fundacaoculturaldec Curitiba.com.br/institucional/planos-municipal-e-setoriais-de-cultura/>

recursos e circulação das obras finalizadas. A.3) Levantamento de espaços públicos e identificação de possíveis parceiros da iniciativa privada que possam servir à exibição de filmes nos bairros – visando criar uma rede de exibição, coordenada pela FCC, descentralizada em todas as regionais. Um projeto semelhante, que pode ser usado como referência de conceito e execução desta meta, é o Circuito Spcine¹²

B) Infraestrutura e Pessoal:

B.1) Abrir concurso específico dedicado à contratação de pessoas qualificadas para atender as demandas do audiovisual, dando especial destaque à Cinemateca, Cine Passeio, Casa da Memória, Museu da Fotografia, Administração da Lei de Incentivo e Comunicação.

B.2) Contratação de pessoa, física ou jurídica, responsável pela programação de cada uma das salas de cinema da FCC, por meio de um processo transparente.

B.3) Colocar o Cine Passeio em pleno funcionamento: execução da obra, composição de quadro de funcionários especializado, implantação de equipamentos com qualidade comercial de exibição (DCP ou superior) e manutenção e atualização dos mesmos, programação diária elaborada por programador profissional.

B.4) Modernizar as atuais salas de exibição da FCC – Cinemateca e Cine Guarani – adequando-as aos padrões comerciais de exibição (DCP ou superior). Sendo possível utilizar recursos do Fundo Setorial do Audiovisual por meio do programa Cinema Perto de Você.¹³

B.5) Implementar, ao menos, uma sala de exibição da FCC, com qualidade comercial de exibição (DCP ou superior), em cada Regional. Novamente, o Circuito Spcine é uma referência que pode ser estudada para a execução desta meta.

B.6) Desenvolver uma programação anual integrada para todas as salas de exibição da FCC.

C) Formação:

C.1) Ofertar cursos livres que abordem aspectos do audiovisual (como, por exemplo, roteiro, fotografia, som, direção, edição, documentário, cineclubismo, crítica, direção de produção e produção executiva). Ao menos 1 curso anual em cada regional, selecionados por meio de edital público, com recursos advindos de convênios com outras secretarias e fundos, ministrado por profissionais qualificados e com grade curricular definida junto à Setorial do Audiovisual e aos realizadores e

¹² O Circuito Spcine é formado por equipamentos da Prefeitura de São Paulo, como centros culturais, CEUs e bibliotecas públicas. Em sua primeira etapa de instalação o Circuito Spcine está fazendo a instalação completa de 20 salas, nas quais preveem uma programação com 200 sessões semanais e expectativa de 960 mil espectadores por ano. A programação priva pela diversidade de títulos, incluindo obras artísticas, nacionais e blockbusters, com o foco na formação de público. (ver: <http://www.circuitospcine.com.br/sobre.html>)

¹³ O programa Cinema Perto de Você promove a ampliação, fortalecimento e descentralização do parque exibidor brasileiro, por meio do apoio a projetos de construção e ampliação de, no mínimo, 3 salas de cinema. O programa é uma ação coordenada do Ministério da Cultura e da Ancine, responsável pela gestão do Fundo Setorial Audiovisual (FSA). As operações de financiamento à construção de novas salas de cinema do Programa Cinema Perto de Você são realizadas pelo BNDES, como agente financeiro credenciado do Fundo Setorial Audiovisual (FSA), em conjunto com recursos próprios do BNDES Procult. (ver: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Cultura/Cinema/cinemapertodevoce/)

produtores da área. C.2) Ofertar um curso anual, com reconhecimento de formação técnica, destinado à formação em uma área técnica do audiovisual (como, por exemplo, maquinária, elétrica, captação de som...), 30 alunos, sediado na Cinemateca, ministrado por profissionais qualificados e com grade curricular definida junto à Setorial do Audiovisual. Para a execução desta meta é possível fazer parcerias com outras entidades, tais como Instituto Federal do Paraná e Faculdade de Artes do Paraná.

D) Produção:

D.1) Criar um Fundo Municipal do Audiovisual (a exemplo do Fundo Setorial do Audiovisual que fomenta o cinema na esfera federal), alimentado por dotação orçamentária, renúncia fiscal, convênios e outros mecanismos. Há a possibilidade de estudar fontes alternativas que possam compor este fundo, tal como o ICMS das salas de cinema.

D.2) Lançamento de, ao menos, um edital anual usando recursos do Fundo Municipal da Cultura (ou Fundo Municipal do Audiovisual) com, se possível, suplementação do FSA, sendo que cada edição do edital deva contemplar tipos de produto audiovisual diferentes. Ressaltamos a importância de que os produtos audiovisuais deste edital sejam definidos pela Setorial do Audiovisual e pelas entidades de classe. Produtos que podem ser fomentados nesta linha: Obra seriada (ficção, documentário, animação); Longametragem (ficção, documentário, animação);

D.3) Lançamento de, ao menos, um edital anual usando recursos do PAFIC (Fundo e Renúncia), que contemple, ao menos, duas linhas de fomento ao audiovisual. Sendo que a definição do produto de cada uma das linhas deverá ser feita pela Setorial do Audiovisual e pelas entidades de classe, com o objetivo de abarcar as lacunas e complementar as políticas públicas federais e estaduais. Produtos que podem ser fomentados nesta linha são: Desenvolvimento de projeto audiovisual; Curtametragem: Longametragem (complementação de recurso); Inovação de linguagem e novas mídias; Cineclubismo; Mostras e Festivais. *Importante: garantia de percentual mínimo para novos realizadores nos dois editais listados acima.

D.4) Lançamento de, ao menos, uma linha de edital anual, usando recursos do Fundo Municipal de Cultura (ou do Fundo Municipal do Audiovisual), com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais. Um programa semelhante, que pode ser usado como referência de conceito e execução desta meta, é o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais VAI¹⁴, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. É possível estudar formas de interligação desta

¹⁴ Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais VAI, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, que tem com objetivo apoiar projetos e atividades artístico culturais, principalmente de grupos e coletivos compostos por jovens e/ou adultos de baixa renda, atuantes e residentes em regiões da cidade desprovidas de recursos e equipamentos culturais. (ver: <http://programavai.blogspot.com.br/>)

meta com o Núcleo de Produção Digital¹⁵, programa da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, que fornece equipamento, oficina e estrutura de produção audiovisual para a sociedade.

E) Circulação e Difusão:

E.1) Criar um programa de distribuição dos produtos realizados pelo PAFIC. Princípios para este programa: que a FCC promova ampla circulação e divulgação dos produtos realizados pelo PAFIC e também por outros mecanismos; que a FCC dê visibilidade para os produtos realizados pelo PAFIC quando estes tiverem repercussão e premiação; que a FCC preste contas da distribuição feita em escolas, faróis do saber e outros espaços. Um programa semelhante, que pode ser usado como referência de conceito e execução desta meta, é a Programadora Brasil¹⁶, criada pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. E.2) Criar um programa de exibição e difusão dos produtos realizados pelo PAFIC, garantindo que os filmes sejam exibidos em todas as salas de exibição da FCC (no centro e nas regionais) e que seja feita a contabilização do público. E.3) Criar uma plataforma de exibição online dos produtos realizados pelo PAFIC, pública e gratuita, respeitando o prazo de exploração comercial dos produtos. E.4) Criar um programa de cineclubismo na cidade, por meio de: a) implementação e manutenção de infraestrutura em ao menos um espaço de cada regional; b) catalogação e disponibilização de acervo audiovisual, com enfoque na exibição da produção local; c) ampla divulgação para a população local; d) contabilização do público; e) formação e instrumentalização de agentes regionais da difusão cinematográfica através dos cineclubes.

E.5) Divulgar Festivais e Mostras que ocorrem na cidade.

Importante destacar ainda que a criação de Film Commission Estadual atenderá o preconizado pelo Plano Estadual de Cultura na

Diretriz IV - Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável, promover as condições necessárias para a consolidação da economia criativa e da cultura, além de induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais. (Artigo 6º).

¹⁵ 4 Os NPDs visam apoiar a produção audiovisual independente, através do fornecimento de equipamentos adequados, bem como de serviços técnicos especializados, promovendo a formação e o aprimoramento profissional e artístico de técnicos e realizadores audiovisuais nas mais diversas funções. Os equipamentos são entregues aos Núcleos por meio de empréstimo de comodato, podendo ser doados em definitivo após a avaliação do funcionamento do espaço por um período de dois anos.

¹⁶ Apesar de ter sido um projeto descontinuado pelas últimas gestões do Minc, a Programadora Brasil continua sendo uma referência na catalogação e disponibilização da produção audiovisual brasileira (ver: <http://www.ancine.gov.br/salaimprensa/noticias/programadorabrasilincluimais164ttulosemseucatlogo>)

Reconhecida a importância do Plano Setorial na valorização, promoção e fomento do setor, esperamos que os textos reunidos possam fomentar o debate e contribuir para a construção de marcos teóricos, diretrizes, ações e metas para o setor. Este documento é, apenas a base para discussão e aprimoramento para compor um texto final.

Curitiba, 08 de agosto de 2017

Reunião do Conselho Estadual de Cultura

Conselheiros audiovisual
Solange Straube Stecz (Titular)
Jeferson Ayetta de Miranda (Suplente)

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Reproduzimos em extratos das atas das reuniões do CONSEC as discussões sobre a formulação dos Planos Setoriais e as questões levantadas por conselheiros de todas as áreas sobre sua elaboração.

Sugerimos, que a exemplo da construção do Plano Estadual de Cultura seja designada uma equipe técnica para atuar na construção dos Planos em parceria com Conselheiros e representantes das diversas áreas artístico culturais.

Na 2ª Reunião do Conselho Estadual de Cultura – CONSEC, realizada no dia 04 de dezembro de 2015 a redação dos Planos Setoriais foi assunto de pauta, com a designação dos conselheiros (áreas e macro regionais) para a estruturação dos trabalhos, considerando a relação entre os que se fizeram presentes. Na ocasião a Conselheira Laura Chaves de Souza Peluso ao fazer uso da palavra

comentou a Diretriz 1 visando o fortalecimento da ação do Estado no planejamento e execução das políticas culturais que entre suas metas além de implantar o Sistema Estadual de Cultura e garantir sua integração ao Sistema Nacional de Cultura busca estimular a criação dos Planos Setoriais em Todas as áreas artístico-culturais. Lembrando que estes devem tratar e dar conta das questões específicas das diversas áreas. Apresentou a Lei Nº.12.343, de 2 de dezembro de 2010 que trata da diversidade, seu reconhecimento e sua valorização como forma de proteção e promoção das diferentes expressões culturais. Mencionou os Planos Setoriais Nacionais e comentou que temos representantes e que estes poderiam ser convidados para integrarem os GTs. O conselheiro José Roberto Lança pediu a palavra lembrando que o CONSEC tem normas próprias e Regimento Interno que deverá ser seguido e que deve manter sua linguagem sem o vício dos mesmos, o que é preciso é pensar um método de trabalho. Seguido da conselheira Denise Bandeira da área das artes visuais se colocou à disposição para contribuir na elaboração de uma metodologia, por possuir experiência na área. Luis Cirillo Barbisan comentou que as questões das setoriais poderão ser norteadas pelo plano de desenvolvimento das macrorregionais e que ele tem experiência daquilo que ocorre nos Campos Gerais com a interdisciplinaridade do turismo e da cultura desenvolvendo e delineando ações conjuntas com suas próprias linguagens e resultado. Sendo acordado aquilo que diz a Lei. As sugestões serão recebidas até o final de janeiro e a proposição da metodologia será ratificada na primeira reunião do CONSEC no próximo ano. (extrato da ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DO PARANÁ - CONSEC – II GESTÃO, PERÍODO 2015/2017)

Na 4ª reunião ordinária, realizada em 13 de maio de 2016, solicitamos que o CONSEC enviasse oficialmente pedido de informações à ANCINE, com dados do audiovisual na região sul e no Paraná e pesquisa realizada pela Unidade técnica do Rio Grande do Sul por ocasião da elaboração do edital das TVs pública, que segundo representantes do setor contribuiria para a construção do Plano Setorial do Audiovisual. Na ocasião foi citado que a AVEC já solicitou tais dados anteriormente, mas recebeu não recebeu o documento completo, necessário para composição da base de dados e para elaboração do diagnóstico para a elaboração do plano setorial do audiovisual. Não houve resposta da ANCINE.

Na 5ª reunião ordinária realizada em 19 de agosto de 2016,

Foram destacados os procedimentos para as ações junto das macrorregionais e das setoriais do Estado buscando-se uma metodologia que organize as demandas da cultura. Os conselheiros presentes contribuíram mencionando as suas dificuldades em poder criar um diagnóstico tanto das setoriais quanto das macrorregionais, considerando o período eleitoral e as mudanças ocasionais provocadas por tal evento. Alguns dos conselheiros mencionaram que um dos enfrentamentos é conseguir contatar com os diferentes representantes das macrorregionais ou mesmo os representantes setoriais. Renata Mele destacou que o Sistema de Informações da SEEC com cadastro dos Agentes Culturais e constante atualização do mesmo é uma contribuição possível que os grupos de trabalho podem enfatizar junto aos municípios. Destacou que este Sistema de Informações possibilita uma organização de dados disponível a todos. Beto Lanza mencionou a importância do preenchimento do Formulário Plano Setorial para seguir com a organização dos procedimentos quanto à expansão das ações da Cultura, mencionando que a participação dos conselheiros junto as macrorregionais e as setoriais é muito importante. Amilton Farias mencionou que existe uma diferença entre as possibilidades de um conselheiro indicado governamental e um conselheiro eleito da sociedade civil, uma vez que os indicados possivelmente têm uma infra-estrutura que os eleitos não possuem quanto deslocamentos, aparelhagem e outros. A conselheira Edlainy Oliveira Cavalcanti Hernandez mencionou que existe também uma dificuldade quanto ao grande número de municípios que constituem algumas macrorregionais. (extrato da ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DO PARANÁ - CONSEC – II GESTÃO, PERÍODO 2015/2017).

Na 7ª reunião ordinária realizada em 18 de abril de 2017 a questão dos Planos Setoriais foi colocada em pauta, mas não tratada na reunião conforme a Ata.